

Governo pede que BNDES devolva R\$ 16,3 bi do FAT

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Além de ser obrigado a fazer um pagamento antecipado de R\$ 130 bilhões de seus débitos com o Tesouro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terá também que devolver R\$ 16,3 bilhões dos recursos que recebe do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no próximo ano, de acordo com a proposta orçamentária encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional, no fim de agosto.

Nos dois casos, o objetivo é evitar que o governo descumpra a chamada "regra de ouro" do Orçamento. Assim, a contribuição do BNDES para o Tesouro, com essa finalidade, será de R\$ 146,3 bilhões (R\$ 130 bilhões mais R\$ 16,3 bilhões) em 2018. Os números foram levantados pelo núcleo de assuntos econômico-fiscais da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e constarão de nota técnica a ser publicada nos próximos dias.

A proposta de devolução do dinheiro do FAT mantido pelo BNDES foi feita depois que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) informou, em ofício dirigido à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), da impossibilidade de se

manter fontes do Tesouro na proposta orçamentária para cobrir o déficit financeiro do Fundo em 2018. Tal impossibilidade, explicou a STN, deve-se ao risco de não cumprimento da chamada "regra de ouro", estabelecida no inciso III do Artigo. 167 da Constituição.

A "regra de ouro" do Orçamento estabelece que as operações de crédito da União não poderão ultrapassar o montante das despesas de capital (investimentos, inversões e amortizações). A STN informou a impossibilidade de direcionar, no exercício de 2018, recursos financeiros oriundos de operações de crédito ou outros que possam ser destinados ao pagamento de dívida pública para despesas financeiras sob gestão do FAT.

Para que o governo possa cumprir a "regra de ouro", portanto, o BNDES terá, na prática, de destinar parte dos recursos do FAT que usaria em empréstimos ao setor privado para cobrir o déficit com o seguro desemprego e o abono salarial.

Pela Constituição, 40% dos recursos arrecadados com o PIS e o Pasep devem ser destinados ao BNDES. A Lei 8.019, de abril de 1990, permitiu o retorno dos recursos do FAT mantidos junto ao BNDES para cobrir despesas

obrigatórias do fundo com seguro-desemprego e abono salarial, em caso de déficit. Em 2018, o déficit estimado para esses programas é de R\$ 16,3 bilhões.

É a primeira vez que o governo solicita que o BNDES devolva recursos do FAT. Até agora, o banco estatal só repassava os rendimentos que obtinha com as aplicações dos recursos do FAT. Na proposta orçamentária para 2018, os rendimentos estão estimados em R\$ 16,6 bilhões.

Ao contrário do que foi divulgado, o pagamento antecipado de R\$ 130 bilhões pelo BNDES de suas dívidas com o Tesouro não é apenas um pedido feito pela área econômica à direção do banco estatal. A medida já consta da proposta orçamentária de 2018.

O pagamento antecipado dos R\$ 130 bilhões foi adicionado à proposta orçamentária do próximo ano por meio de ofício, não numerado, do presidente do Conselho de Administração do BNDES, Esteves Pedro Colnago Junior, datado de 29 de agosto, ao secretário de Orçamento Federal, George Soares. O ofício foi classificado como "sigiloso".

Para Guardia, da Fazenda, "tudo pode ser discutido" com o banco

Por Juliana Schincariol e Alessandra Saraiva | Do Rio

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou que a devolução de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional é um tema que está em discussão e exige conversas com o banco de fomento. "Ainda não terminamos a conversa", afirmou a jornalistas após participar da Conseguo, evento nacional do mercado de seguros, promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), ontem, no Rio.

Guardia descartou a possibilidade de que os R\$ 180 bilhões possam ser revistos, ao mencionar que essa é "uma conta feita pelo governo do que precisa ser devolvido". Segundo ele, é preciso "sentar e conversar com o BNDES. Tudo pode ser discutido no BNDES. O que a gente colocou é que a gente precisa destes valores neste horizonte de tempo [de dois anos]".

Carlos da Costa, diretor das áreas de crédito, planejamento e pesquisa e comunicação do banco, havia dito na véspera que o montante é "muito salgado". "Se comprometer investimentos, vamos ter que

encontrar uma saída alternativa. Se o valor de R\$ 180 bilhões colocar em risco a missão do BNDES, não será R\$ 180 bilhões", disse durante evento na segunda-feira.

Guardia também negou que o governo esteja discutindo nova redefinição de metas fiscais e que não há preocupação sobre o não cumprimento delas. Para atingir o objetivo, o governo conta com eventos como o leilão das usinas da Cemig que não renovaram as concessões na ocasião da MP 579, previsto para o dia 27.

O secretário-executivo da Fazenda citou a nova medida provisória do Refis - o governo estipulou regras para pessoas físicas e jurídicas que têm dívidas com a União poderem aderir ao programa de renegociação. Ele também falou sobre a 14ª rodada de blocos exploratórios de petróleo, prevista para o dia 27.

"Vamos ter que monitorar esses eventos. Temos confiança no que colocamos como projeção", afirmou. A União também realiza projeções em caso de frustração de receita. "Se houver frustração, fizemos aumento da projeção de déficit. A lei foi aprovada, tivemos R\$ 20 bilhões a mais para administrar. E vamos um dia de cada vez", disse o secretário.

Descontingenciamento depende de leilão de usinas da Cemig

Por Edna Simão | De Brasília

A liberação de recursos contingenciados do Orçamento deste ano ainda está sendo analisada pela equipe econômica pois depende de confirmação das receitas com leilão das usinas das hidrelétricas da Cemig e a entrada de recursos precatórios nos cofres do Tesouro Nacional.

A expectativa inicial era que algum descontingenciamento fosse feito com a divulgação do relatório bimestral de receitas e despesas, na sexta-feira. Mas até ontem existiam dúvidas sobre se a liberação será possível.

Quando a equipe econômica anunciou o aumento da meta de déficit primário para R\$ 159 bilhões para este e para o próximo ano, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que a medida poderia possibilitar o descontingenciamento de algo entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões.

Porém, a área econômica quer a confirmação das receitas com Cemig e precatórios para liberar o dinheiro,

porque o cumprimento da meta - déficit de R\$ 159 bilhões - neste ano não será fácil. Começaram a surgir rumores de que seria necessário novo ajuste na meta, o que um técnico da área econômica negou.

O governo espera contar neste ano com R\$ 15 bilhões do leilão das hidrelétricas da Cemig (R\$ 11 bilhões) e dos precatórios que estão nas mãos do Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (R\$ 4 bilhões). "[Essas receitas] Dependem decisões que não tem nada haver com os ministérios do Planejamento e da Fazenda. A Cemig depende de decisão do STJ e a outra de encaminhamento da CGU", explicou uma fonte do governo.

Até o momento, não há informação sobre se haverá mudança de parâmetros econômicos neste relatório, como inflação, crescimento. Mas o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tem dito que a estimativa do governo de crescimento deste ano (0,5%), poderia ser ampliada para algo próximo de 1%, o que também

afetaria a previsão para 2018.

Conforme informado pelo Valor, cálculos iniciais de técnicos da equipe econômica já apontam para uma expansão de 0,7% do PIB neste ano. Uma alteração na projeção de crescimento impacta positivamente as receitas.

Sobre a peça orçamentária de 2018, a equipe econômica não quer se comprometer com uma data fechada para o envio ao Congresso Nacional da mensagem modificativa da Proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA). O encaminhamento depende de o presidente Michel Temer assinar as medidas provisórias com as medidas que viabilizam redução de gastos e aumento de receitas.

A expectativa, no entanto, é que essa "correção" da peça orçamentária seja encaminhada no fim do mês. Segundo fonte ouvida pelo Valor, a prioridade da área econômica nesta semana é construir o relatório bimestral de receitas e despesas primárias, que será apresentado na sexta-feira.

Desbloqueio de R\$10 bi está mais distante

DE BRASÍLIA

O governo trabalha para desbloquear R\$ 10 bilhões do Orçamento no fim desta semana e evitar a paralisação de serviços públicos. Dois riscos, porém, podem afetar essa previsão: o leilão das usinas da Cemig e o uso de precatórios, recursos de sentenças judiciais depositados em bancos estatais.

A sete dias da data marcada para o leilão de quatro usinas da Cemig, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) ainda não decidiu sobre uma liminar, impetrada pela estatal mineira, pedindo a suspensão da concessão.

A palavra final está com a ministra Laurita Vaz, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), e a expectativa do governo federal é uma decisão favorável até o fim desta sema-

na. A não aprovação do leilão significaria uma receita cerca de R\$ 11 bilhões menor.

Outro problema que a equipe econômica tenta resolver é o repasse de uma parte dos precatórios. O alvo do governo é o dinheiro que, por algum motivo, deixou de ser sacado há mais de dois anos.

Na última programação orçamentária, a avaliação era de que as receitas com o uso desses precatórios seriam de R\$ 10,2 bilhões, mas cerca de R\$ 4 bilhões ainda não foram repassados ao Tesouro pelos bancos públicos, que alegam pendências jurídicas.

A inclusão ou não dessa receita no Orçamento está pendente de um parecer da AGU (Advocacia-Geral da União).

Procurada, a Caixa afirmou que “está cumprindo as disposições da lei dos precatórios aptos para repasse”. “Na

medida em que cumprem critérios da lei, e não haja impedimento judicial, são repassados na sua integridade.”

Com os bloqueios orçamentários adotados pelo governo Michel Temer para obter a meta fiscal, diversos serviços foram afetados nos últimos meses —trabalhos de Funai, Incra, pesquisa sobre preço de combustíveis e emissão de passaportes, por exemplo, já foram afetados em algum momento nos últimos meses pelos cortes.

PARALISAÇÃO

A meta do governo é entregar um deficit orçamentário de R\$ 159 bilhões neste ano.

A folga entre a meta atual e a anterior (R\$ 139 bilhões) é de R\$ 20 bilhões. O governo conta com essa diferença para acomodar eventuais frustrações de receita e libe-





rar despesas hoje congeladas.

A avaliação é que o atual nível de bloqueio de gastos (R\$ 45 bilhões) inviabiliza as atividades em muitas áreas. Por isso, o intuito é liberar parte das despesas na revisão do Orçamento programada para sexta-feira (22).

Entre as receitas em risco está ainda o Refis, que depende de negociações no Congresso. Políticos aliados do governo querem votar a proposta nos próximos dias, mas a equipe econômica afirma que não há acordo sobre alguns pontos do parcelamento de dívidas tributárias.

O prazo de adesão ao Refis foi prorrogado do final de agosto para 29 de setembro, enquanto o governo tenta fechar um acordo com o Congresso para a proposta.

**(MAELI PRADO, MARIANA CARNEIRO
E FLAVIA LIMA)**

Devolução de R\$ 180 bi compromete financiamento de concessões, diz BNDES

Impasse. Governo conta com o pagamento desses recursos ao Tesouro Nacional para não cometer crime de responsabilidade, ao mesmo tempo em que precisa do banco público para fazer deslanchar o pacote de concessões; os dois lados negociam uma alternativa

Lu Aiko Otta
Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli

Pressionado a devolver R\$ 180 bilhões ao Tesouro Nacional, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alerta para o risco de não ter caixa suficiente para financiar a nova rodada de concessões em infraestrutura anunciada pelo governo. Isso também preocupa o setor privado, que conta com recursos do banco para tocar seus investimentos. “Se os R\$ 180 bilhões forem devolvidos sem alternativas, vai ser difícil ter o papel previsto por nós nas concessões”, disse o diretor de Crédito, Planejamento e Pesquisa do BNDES, Carlos Da Costa. O banco, segundo ele, não vai deixar de devolver o dinheiro, mas quer negociar com a União

alternativas para a restituição.

O governo pediu a antecipação de R\$ 50 bilhões neste ano e de R\$ 130 bilhões no ano que vem. Embora as concessões sejam uma prioridade, o governo tem de lidar com outro problema igualmente urgente: o Tesouro precisa do dinheiro do BNDES para não descumprir a chamada “regra de ouro” do Orçamento, que proíbe a emissão de dívida para bancar despesas correntes. Descumprir a norma é crime de responsabilidade. Mesmo ponderando que atender aos dois objetivos não é impossível, Costa alerta que a instituição precisa ter um mínimo de recursos para garantir sua liquidez, bem como para honrar desembolsos já contratados e que ainda serão fechados.

“O dinheiro que está lá tem várias destinações. Estamos exatamente calculando isso agora.” A questão, agora, passa a ser a disponibilidade dos recursos. “A fonte de financiamento de longo prazo nesse país é o BNDES”, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias

(ABCR), César Borges. O responsável pela área de Project Finance do Santander, Edson Nobuo Ogawa, disse em um evento na semana passada que “não vê bancos privados financiando com recursos próprios por 15, 18 anos”. O governo procura de todas as formas evitar que, novamente, a falta de financiamento seja o “gargalo” das privatizações.

Esse foi o principal problema vivido pelas empresas que arremataram concessões no governo de Dilma Rousseff. Embora houvesse “cartas-compromisso” do BNDES, da Caixa e do Banco do Brasil prometendo empréstimos de até 80% do valor dos projetos, o dinheiro não foi liberado. As concessões foram planejadas para operar num cenário de crescimento, mas o que se viu foi a pior recessão da história. A conta não fechava. A falha na liberação dos empréstimos foi reconhecida pelo governo ontem, que depois de um ano de relutância editou Medida Provisória para “salvar” as concessões rodoviárias vitimadas pela falta de financiamento. Procurado, o Ministério da Fazenda não quis comentar.

BNDES negocia impacto da devolução

Banco cria grupo para avaliar e tentar neutralizar o efeito que pagamento de R\$ 180 bi à União causaria em sua capacidade de financiamento

Adriana Ferndandes
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O impasse criado com o governo fez com que o BNDES montasse uma equipe especial para avaliar a possibilidade jurídica e técnica de adiantar os pagamentos dos empréstimos recebidos do Tesouro sem prejudicar sua capacidade de financiamento. Hoje, o banco calcula ter justamente R\$ 180 bilhões em caixa e essa equipe vai medir quanto desse valor já está comprometido com desembolsos de contratos firmados ou em vias de conclusão. O diretor de Crédito, Planejamento e Pesquisa do BNDES, Carlos Da Costa, afirma que há boa vontade do banco para negociar. Porém, chama a atenção para o fato de que assim como os administradores do governo precisam observar critérios de responsabilidade, o banco também está sujeito a “limites prudenciais”. A instituição já deixou claro que o valor da devolução reivindicada pelo governo (R\$ 50 bilhões em 2017 e R\$ 130 bilhões em 2018) é

apenas um “indicativo”.

O BNDES trouxe para a mesa de negociação com o governo uma cesta de medidas com o objetivo de reduzir o impacto que a antecipação dos pagamentos ao Tesouro Nacional poderá ter sobre o poder de fogo da instituição na concessão de crédito. Algumas das alternativas foram discutidas ontem, em reunião entre o diretor do BNDES e a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi. Segundo Da Costa, uma parte considerável dos recursos pedidos pelo governo está emprestada, financiando empresas: “É por isso que esses empréstimos têm um prazo para pagamento (ao Tesouro) que acompanha o prazo de pagamento das empresas”.

O Tesouro repassou ao banco recursos com prazo de pagamento de até 30 anos. E o banco programou suas operações seguindo esse período de pagamentos. Agora, alega que precisa reforçar seu caixa para poder antecipar a devolução. Uma das possibilidades é o BNDES fazer captações no mercado doméstico com papéis de renda fixa e variável. Hoje, esse tipo de financiamento está parado. No mercado externo, o banco pode alavancar recursos com

instituições financeiras. Nesse caso, necessitaria enviar recursos ao exterior. “É para alavancar mais recursos. É isso que os bancos fazem: deixam parte dos recursos e multiplicam isso”, disse o diretor, ressaltando que o mercado externo está líquido e barato.

Segundo Da Costa, outra possibilidade é a venda de ações de empresas que estão na carteira do BNDESPar – o braço de participações do banco. “Podemos eventualmente vender ações do BNDESPar. Mas com prudência. Não podemos queimar o patrimônio do brasileiro.” Na devolução de R\$ 100 bilhões, em 2016, R\$ 40 bilhões foram pagos em títulos da dívida pública. Os R\$ 60 bilhões restantes foram em dinheiro, após o “desfazimento” de operações compromissadas. Quando um banco “desfaz” uma compromissada, o Banco Central recompra esses títulos e paga em dinheiro para a instituição financeira. “Se é para abater dívida, (o pagamento) é (em) títulos. A compromissada não é dívida, é política monetária, abate a dívida temporariamente”, afirmou o diretor da Área Financeira e Internacional do BNDES, Carlos Thadeu de Freitas. / COLABOROU VINÍCIUS NEDER